

Senado debate a reforma da Previdência com governadores



Marcia Kollme

■ Chefes do Executivo de seis estados devem participar hoje de audiência

A proposta de reforma da Previdência volta a ser debatida hoje pelos senadores, em audiência pública que deve contar com a presença do ministro Ricardo Berzoini e dos governadores Eduardo Braga, Marconi Perillo, Wilma de Faria, João Alves, Germano Rigotto e Geraldo Alckmin. O encontro será na Comissão de Assuntos Sociais, a partir das 10h. Ontem, senadores criticaram a cobrança previdenciária dos inativos e a falta de regras de transição para o sistema proposto.

EM BUSCA DE CONSENSO Ricardo Berzoini (à esquerda de Edison Lobão e Lúcia Vânia) esteve ontem em audiência na Comissão de Justiça

Berzoini justifica cobrança dos servidores inativos

Viana entrega relatório hoje e admite mudança

PMDB decide apresentar emendas

Página 3

Regiões pobres podem ter mais recursos do BNDES

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o substitutivo do senador Tasso Jereissati (foto) ao projeto do senador Jefferson Péres reservando pelo menos 35% dos recursos do BNDES para as re-



giões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Uma das emendas incluídas no texto dá prazo até 2005 para que o banco se ajuste às novas exigências. Ainda haverá uma votação complementar na CAE.

Página 4



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

2005 poderá ser Ano de Defesa da Soberania sobre Amazônia

Página 6

Nicéa diz que Maluf e Pitta cobravam propina em SP

Nicéa Camargo afirmou ontem à CPI do Banestado que seu ex-marido, o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, o também ex-prefeito Paulo Maluf e outras pessoas formaram uma quadrilha para a



cobrança de propinas das empresas que prestavam serviços à cidade. Ela disse que concorda em abrir o sigilo bancário de contas conjuntas que teria com Celso Pitta no exterior.

Página 5

Duciomar teme confronto com índios

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) alertou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para a iminência de conflito entre 120 índios e mais de 3 mil famílias em Novo Progresso (PA). Ele pediu a intervenção do ministro e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para evitar o confronto.



Duciomar: disputa de terras da União provoca conflitos

Para o senador, a maioria dos conflitos no Pará tem ocorrido pela disputa de terras que pertencem à União.

Presidente da Ucrânia visitará Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o embaixador da Ucrânia no Brasil, Yuri Bogaievskyi, para discutir a agenda de reunião com o presidente ucraniano, Leonid Kuchma, que visitará a Casa em 21 de outubro. Segundo o embaixador, Sarney garantiu que o acordo sobre tecnologia espacial entre os dois países será aprovado pelo Senado antes da chegada do presidente da Ucrânia, e que um outro será assinado durante a visita.

O senador José Sarney também recebeu ontem o empresário Sérgio Maia, presidente no Brasil da Sonae, grupo português que tem grande participação no setor de supermercados no Brasil.

Agenda

Plenário realiza sessão deliberativa a partir das 14h30

Entre os itens a serem examinados na sessão de hoje, a partir das 14h30, está o Projeto de Lei da Câmara nº 43/2003, que estabelece 2004 como o Ano da Mulher, e a terceira e última sessão de

discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/1999, que inclui a razoabilidade entre os princípios que regem a administração pública.

José Sarney recebe empresários

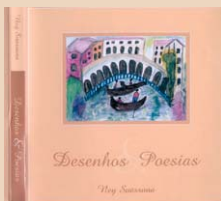
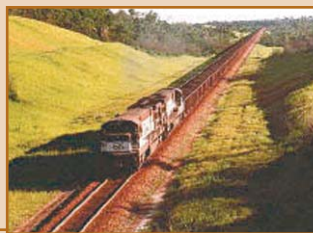
O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h, Josmar Verillo, presidente da Alcoa Alumínios; às 11h,

Emerson Kapaz, presidente do Instituto pela Ética na Concorrência, acompanhado de outros empresários.

Ao meio-dia, Sarney participa da assinatura de convênio entre a TV Senado e o Ministério das Relações Exteriores.

Concessão de ferrovias em debate

Para votar requerimento solicitando o comparecimento do diretor-presidente da Companhia Ferroviária do Nordeste, Jorge Luís de Mello, para falar sobre o cumprimento do contrato de concessão, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se a partir das 11h30. Às 17h, a Subcomissão de Fiscalização das Agências Reguladoras, que funciona no âmbito da CFC, se reúne para discutir a agenda dos trabalhos.



Ney Suassuna lança seu terceiro livro

O senador paraibano Ney Suassuna (PMDB) lança hoje, às 18h, no hall do Auditório Petrônio Portella, seu terceiro livro, *Desenhos e Poesias*. A obra reúne uma coletânea de gravuras em aquarela e

poemas inspirados no cotidiano, com prefácio do presidente do Senado, José Sarney. Além do livro *Ousadia e Desafios*, Suassuna também é autor da peça de teatro *Democracia Tropical*.

Comissões realizam audiências públicas

A audiência pública com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, prevista para acontecer ontem na Comissão Mista de Orçamento, foi transferida para hoje, às 10h. A Subcomissão da Saúde também promove hoje, às 18h30, audiência pública para discutir a política de medicamentos genéricos, com a presença, entre outros, de Davi Rumel, diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do médico Adib Jatene.



CPI do Banestado

Hoje, a partir das 11h, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a remessa ilegal de recursos ao exterior por meio das contas CC-5 vai ouvir quatro ex-funcionários do Banestado: Eraldo Ferreira, Ricardo Franczyk, Valdir Antônio Perin e Valderi Werle. Amanhã, no mesmo horário, a CPI deve tomar o depoimento de Jaime Canet, ex-governador do Paraná, e do médico José Ricardo Savioli.

Reforma da Previdência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne hoje, às 10h, para discutir a reforma da Previdência com os governadores Eduardo Braga (AM), Marconi Perillo (GO), Wilma de Faria (RN), João Alves Filho (SE), Germano Rigotto (RS) e Geraldo Alckmin (SP) e o ministro Ricardo Berzoini. Após a ordem do dia, acontece a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para votar proposições.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



DENÚNCIA Em visita ao ministro da Justiça, Ana Júlia relatou casos ainda impunes no estado

Ana Júlia pede medidas contra violência no Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) anunciou que esteve na tarde de ontem em audiência com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para pedir providências contra a onda de violência no Pará. Ela solicitou que o ministério, juntamente com a Polícia Federal, realize uma operação de desarmamento na região. Para Ana Júlia, é também urgente a constituição de uma ampla força-tarefa, englobando governos estadual e federal, para a regularização fundiária e ordenamento territorial na região.

De acordo com a senadora, os crimes recentemente ocorridos no Pará não se caracterizam por disputas agrárias por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e foram cometidos por grupos de pistoleiros contratados por bandidos travestidos de fazendeiros e madeireiros.

Ameaças

Um dos casos apontados pela senadora é a ameaça de morte que está sofrendo o vereador Paulo Fonteles, de Belém, que fez parte da comitiva que visitou o ministro. O vereador, informou a senadora, é filho do advogado Paulo Fonteles, que foi assassinado provavelmente por Joziel Martins, que teve a prisão decretada e está foragido.

Outro caso relatado pela senadora ao ministro foi a recente chacina de oito pessoas ocorrida na fazenda Primavera, distante 180 quilômetros de São Félix do Xingu. Ana Júlia enfatizou que espera que o massacre sirva para que venha a público a grave situação da região conhecida como Terra do Meio, uma área não claramente delimitada.

– As ações violentas como essa têm um claro objetivo: causar o pânico entre trabalhadores e pequenos produtores para favorecer a entrada de grileiros, madeireiros ilegais e traficantes na região – afirmou.

REFORMAS

Relatório sobre mudanças na Previdência deve ser apresentado hoje por Tião Viana. Pela manhã, ministro Ricardo Berzoini debate proposta com seis governadores em audiência na Comissão de Assuntos Sociais

Paulo Octávio quer vinculação das receitas

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) comentou em Plenário ontem as emendas que apresentou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) à proposta do governo de reforma da Previdência.

A mais importante delas, disse o senador, "torna obrigatório que recursos arrecadados pela Seguridade Social sejam destinados exclusivamente a cumprir os comandos constitucionais dedicados a essa mesma Seguridade Social".

O desvio de recursos, segundo o parlamentar do Distrito Federal, tem sido a razão principal da difícil situação vivida pela Previdência, cujo dinheiro "foi sendo gasto, ao longo dos sucessivos governos, com outras finalidades".

Paulo Octávio também propôs a realização de um censo previdenciário a cada cinco anos, "como instrumento preventivo e corretivo para o governo e a sociedade das inúmeras fraudes detectadas".

PMDB vai sugerir emendas à proposta

O presidente do Senado, José Sarney, participou, ontem à tarde, de reunião em que o PMDB decidiu sugerir alterações na proposta de reforma da Previdência. Ao final da reunião, foi emitida nota em que o partido exprime duas vontades: aperfeiçoar o texto e aprová-lo rapidamente.

Entre as propostas da legenda está a de estabelecer mecanismos de controle social da Previdência, para garantir transparência nos gastos, na concessão de benefícios e na gestão do sistema. Defende também a exigência de que os portadores de doenças graves fiquem isentos da contribuição que será devida pelos inativos.

O PMDB diz na nota que deseja buscar uma saída negociada para o impasse gerado pela fixação do subteto nos estados e municípios, assim como criar regras de transição que evitem a penalização dos servidores prestes a se aposentar.

Previdência reúne hoje governadores e ministro

A reforma da Previdência Social volta a ser debatida hoje pelos senadores, em audiência pública, desta vez na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 10h. A reunião deve contar com a presença do ministro Ricardo Berzoini e dos governadores Eduardo Braga (PPS), do Amazonas; Marconi

Perillo (PSDB), de Goiás; Wilma de Faria (PSB), do Rio Grande do Norte; João Alves (PFL), de Sergipe; Germano Rigotto (PMDB), do Rio Grande do Sul; e Geraldo Alckmin (PSDB), de São Paulo.

O requerimento propondo a realização da audiência foi apresentado pela presidente

do colegiado, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), para quem a comissão não poderia ficar de fora do debate sobre a reforma. Ela argumentou que compete regimentalmente à CAS examinar assuntos considerados fundamentais na proposta encaminhada ao Congresso pelo governo federal.



DESIGUALDADE Ao lado de Edison Lobão, Ricardo Berzoini considerou um absurdo a situação atual

Contribuição de inativos é criticada

O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, voltou ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para continuar o debate com os senadores sobre a reforma da Previdência (PEC nº 67/03). A falta de regras de transição e a taxação dos servidores inativos foram os principais pontos atacados pelos parlamentares.

Para o senador Efraim Morais (PFL-PB), não há lógica jurídica que sustente a cobrança de inativos. Já o líder do PFL, José

Agripino (RN), comparou as medidas propostas pelo governo a um "saco de maldades".

– Será que não há alternativa, a não ser a cobrança dos inativos? – questionou.

Berzoini argumentou que não há qualquer obstáculo constitucional à cobrança, "conforme reiteradas manifestações do Supremo Tribunal Federal". Ele disse que o sistema atual é absurdo, porque garante benefícios maiores do que os salários pagos no período de atividade.

do de atividade.

Os senadores também manifestaram preocupação com a situação dos servidores aposentados por problemas de saúde. Houve manifestações no sentido de que essa categoria de inativos fique isenta da contribuição.

Também participaram da audiência representantes de oito entidades – cinco de servidores públicos, duas de previdência privada e uma de defesa dos direitos da mulher.

Tião Viana admite mudanças no texto aprovado na Câmara

O relator da reforma previdenciária na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Tião Viana (PT-AC), admitiu alterar dispositivos do texto aprovado pela Câmara. Ele confirmou que vai apresentar hoje o relatório, mas não quis adiantar o seu teor.

De acordo com Tião Viana, pode ser modificado o subteto salarial nos estados. Pelo texto atual, haveria três limites de vencimentos nos estados – um para cada poder. Essa regra poderia restringir em demasia os salários nos Executivos estaduais, porque os governadores podem li-

mitar seus salários, provocando drástica redução de vencimentos para os servidores. Em reunião com representantes dos governadores, Tião Viana pretende encontrar uma solução para o impasse.

Além disso, poderiam ser incluídos dispositivos para evitar a cobrança de contribuição sobre aposentadorias por invalidez e para estabelecer regras de transição do atual para o novo sistema. As mudanças dependem, conforme o senador, de negociações com representantes dos governadores e dos prefeitos e com líderes partidários.



PARECER Tião Viana não quis adiantar o teor do seu relatório sobre a reforma da Previdência

Partido com o maior número de senadores, o PMDB anunciou ontem que apresentará propostas de alteração da reforma da Previdência. Nota do partido informa que os peemedebistas buscarão uma saída negociada para o problema do subteto.



EXCLUSÃO Para Mão Santa, reforma da Previdência retira garantias constitucionais

Mão Santa lamenta pressa para votação

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem, em Plenário, a "pressa" do Poder Executivo em aprovar no Congresso Nacional a proposta de emenda à Constituição que modifica o regime de previdência social.

– A França levou 12 anos para fazer essa reforma – comentou, sustentando que qualquer mudança no sistema deveria ser precedida por uma análise profunda, precisa e competente.

Um dos maiores motivos de preocupação de Mão Santa é o futuro do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que reúne 88 mil servidores, tem 27,5 milhões de segurados contribuintes – dos quais 13,5 milhões (63,16%) recebem até um salário mínimo –, arrecadou R\$ 71 bilhões em 2002, mas despendeu R\$ 88 bilhões naquele ano para custear aposentadorias e pensões.

Com base em dados da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (Anasps), ele informou ainda que 7 milhões de beneficiários de até um salário mínimo são pagos a aposentados e pensionistas do meio rural que nunca contribuíram. Dos 42 milhões de brasileiros excluídos do regime de previdência social, 17 milhões poderiam estar contribuindo, segundo Mão Santa.

Mão Santa disse também que a reforma em tramitação no Senado corta direitos sociais e garantias constitucionais, e atende a interesses de um mercado privado de previdência complementar, que lucraria muito com a falência da rede de previdência social pública.

Paim defende empréstimo para a capital gaúcha

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de autorização para a contratação de empréstimo externo no valor de US\$ 27,5 milhões (Mensagem do Executivo nº 179/2003), pela prefeitura de Porto Alegre, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), criado pelo Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Os recursos, segundo Paim, serão utilizados no financiamento parcial do Programa Integrado Zona Norte, em obras de melhorias das condições habitacionais e valorização paisagística na entrada de Porto Alegre. Além disso, acrescentou, a realização dos serviços gerará emprego e renda para a população do estado. O relator da matéria na CAE, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), já antecipou seu parecer pela aprovação.

O prefeito de Porto Alegre, João Verle (PT), recebeu os cumprimentos do senador por haver construído um acordo

para a contratação do empréstimo. Paim também parabenizou o prefeito por ter encaminhado à Câmara de Vereadores projeto de lei que garante 12% das vagas de todos os concursos que o município realizar para os afro-descendentes, iniciativa também tomada em Canoas (RS).

Paim registrou ainda que recebeu um dossiê sobre a exclusão social dos negros, elaborado pela Rede Feminista de Saúde, movimento de mulheres que reúne hoje 113 entidades brasileiras. O documento, "Assimetrias Raciais no Brasil", foi entregue pela secretária-executiva da entidade, Fátima Oliveira, e pela secretária adjunta Ana Maria Soares.

– Este dossiê é um instrumento que contribuirá com o Senado durante a votação do Estatuto da Igualdade Racial e Social. Demonstra que a discriminação no Brasil não ocorre apenas com as camadas de mais baixa renda, como costumam citar. A discriminação social também passa por questões raciais – afirmou Paim.



Roosevelt Pinheiro

PROGRAMA Recursos custearão obras em Porto Alegre, informou Paim

Serys destaca sucesso do cooperativismo

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) elogiou as experiências de cooperativas de crédito que viu na Europa, em viagem a convite do Sistema de Crédito Cooperativo do Brasil (Sicredi), a mais antiga cooperativa de crédito do país. Ela destacou a experiência da Mondragón Corporación Cooperativa, que reúne mais de 150 empresas na Espanha, com faturamento anual de 10 bilhões de euros.

Serys ressaltou que o grupo espanhol, com 68 mil funcionários, teve um número de demissões de associados insignificante nos últimos 20 anos, e salientou que a cooperativa paga integralmente os cursos superiores ou profis-

sionais de seus associados.

Na Mondragón, o funcionário ganha 10% a mais do que os salários de mercado para a mesma função. O maior salário não chega a nove vezes a menor remuneração. Os reajustes salariais dos diretores são menores do que os dos associados. Quando surge uma vaga para promoção, busca-se primeiro no próprio quadro de funcionários do grupo e, só após, no mercado, informou.

Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, a senadora lembrou os 27 anos do falecimento da bióloga e deputada, pioneira na defesa dos direitos da mulher no Brasil.



Roosevelt Pinheiro

EXEMPLOS Serys citou experiências vitoriosas em países europeus

BNDES deverá investir nas regiões mais pobres

CAE aprova projeto que obriga banco a usar 35% dos recursos no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em caráter terminativo, o substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) a projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que reserva 35% de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A matéria (PLS nº 9/1999) será votada em turno suplementar na CAE antes de ser considerada definitivamente aprovada e poderá seguir diretamente para a Câmara, se não for apresentado recurso para sua votação em Plenário.

– Esse projeto representa o que é minimamente justo como política de indução do de-



Cálio Azevedo

RESERVA Substitutivo aprovado dá ao banco prazo até 2005 para aumentar investimentos nas áreas menos desenvolvidas

envolvimento com objetivo de desconcentrar a renda – destacou Tasso Jereissati, explicando que, durante o processo de negociação, o texto foi alterado para que o BNDES tenha um prazo de dois anos para se adaptar à exigência de aplicação nas três regiões.

O projeto aprovado estabelece que, até 2005, 35% do total de aplicações no país da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e do BNDES Participações (BNDES-Par) devem estar concentrados nessas regiões. Durante a dis-

cussão, Jereissati acatou emenda sugerida pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para que os investimentos em turismo sejam tratados especificamente, sem restrições, possibilitando iniciativas e investimentos públicos e privados no setor.

Os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT), Fernando Bezerra (PTB-RN), Efraim Moraes (PFL-PB), Mão Santa (PMDB-PI) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) também defenderam a aprovação do substitutivo de Tasso Jereissati.

Maguito pede abertura de uma CPI em Goiás



Roosevelt Pinheiro

Maguito: taxa administrativa nunca vista

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) solicitou ontem que a Assembleia Legislativa de Goiás instale uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar malversação de verbas públicas por parte da Rede Goiana de Microcrédito, entidade sem fins lucrativos criada após a reeleição do governador

Marconi Perillo (PSDB) para financiar pequenos negócios. O total de recursos pode chegar a R\$ 13,7 milhões, informou Maguito. O senador disse que, segundo denúncias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, a Rede Goiana assinou um acordo com o governo de Goiás para administrar dotação no valor de R\$ 38,3 milhões, pelo que deverá receber R\$ 13,7 milhões a título de taxa de administração. – Trata-se de remuneração administrativa nunca vista, da ordem de 36%, quando o máximo admissível seria de 10% – explicou. Segundo Maguito, o fato mais grave é que, dos 21 integrantes da organização, 18 estão ligados ao governo do estado, onde exercem cargos de confiança. Entre eles estão o secretário da Fazenda, Guisepe Vecci, e seu assessor particular, Lúcio Gouthier; o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Afreni Gonçalves (PSDB), e o procurador-geral do estado, João Furtado Mendonça Neto. Para Maguito, trata-se de um escândalo grave envolvendo malversação de recursos públicos que precisa ser investigado a fundo.

Eduardo traz explicações do governador Perillo



Roosevelt Pinheiro

Eduardo pediu transcrição de nota sobre o caso

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu ontem o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), acusado (veja matéria ao lado) de ter favorecido assessores em contrato firmado pelo governo. Em informe publicado ontem na *Folha de S. Paulo*, cuja transcrição na íntegra foi

solicitada por Eduardo, o governo de Goiás informa que a matéria confundiu a Rede Goiana de Microcrédito com uma empresa, quando na verdade ela é uma organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos. Afirma ainda que não há qualquer referência a taxa de administração no termo de parceria assinado entre as duas instituições. Segundo o senador, Perillo informou que o programa Banco do Povo é o maior programa de microempreendimento atualmente realizado no Brasil. Feito em consórcio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com prefeituras, já está implantado ou em fase de implantação em 200 dos 246 municípios do estado. Ao todo, são 29,6 mil microempreendimentos, que devem gerar 53 mil empregos diretos. Em aparte, Maguito Vilela afirmou que, caso a reportagem não seja verdadeira, o governador de Goiás tem a obrigação de processar o jornal. Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que a *Folha* não fez uma acusação formal de irregularidade, mas estranhou que uma taxa de administração possa chegar a 36%.

Nicéa envolve Pitta, Maluf e Naji Nahas em esquema de corrupção

■ Em depoimento à CPI do Banestado, a ex-esposa de ex-prefeito paulistano denuncia cobrança de propinas

A prefeitura de São Paulo manteve um esquema de cobrança de propinas de quase todas as empresas que prestavam serviços durante as administrações de Paulo Maluf e de Celso Pitta, afirmou a ex-esposa de Pitta, Nicéa Camargo, em depoimento ontem à CPI do Banestado. Ela disse que as propinas variavam de 3% a 5% e eram negociadas pelo próprio Pitta, pelo investidor Naji Nahas, pelo ex-secretário municipal Reinaldo de Barros e pelo filho do ex-prefeito Paulo Maluf, Flávio.

As principais pagadoras das comissões eram as empresas de tratamento de lixo, de ônibus e as de cabos de fibras óticas. As reuniões entre os envolvidos no esquema ocorriam em seu apartamento e eram do conhecimento de Paulo Maluf, disse Nicéa. Segundo ela, os



RELAÇÃO Antero ouve depoimento de Nicéa: empresas achacadas seriam de tratamento de lixo, de transporte urbano e de telefonia

dois ex-prefeitos e o filho de Maluf também recebiam comissões de empreiteiras, como OAS e Mendes Júnior, pela contratação de obras públicas na capital paulista.

Convidada a depor na CPI do Banestado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), Nicéa contou ter participado de encontros em que se falava sobre desvio de verbas, dos quais participavam Paulo e Flávio Maluf, além de vereadores. Ela também afirmou que o ex-prefeito Maluf teria usado dinheiro ob-

tido com o esquema de corrupção para comprar a parte de um irmão na empresa Eucatex.

Ainda de acordo com Nicéa, o nome dela foi usado na abertura de duas contas no exterior, destinadas a receber dinheiro de origem duvidosa. A primeira, em Zurique (Suíça), foi criada na presença dela. Nicéa informou que teria se recusado a assinar os papéis de abertura da segunda. Os recursos seriam movimentados pela suposta doleira Sheila Abade, vinculada ao Banco Cidade e ao

New York Commercial Bank (EUA).

Nicéa se colocou à disposição da CPI para ir ao banco em Zurique, a fim de buscar extratos de movimentação dessa conta, da qual tem o número e cartão magnético. Ela contou que iria revelar secretamente à CPI o nome de duas pessoas que também estavam envolvidas no esquema, mas que, por serem muito poderosas, no Brasil e no exterior, poderiam processá-la.

A ex-esposa de Celso Pitta admitiu, em resposta à indagação do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que, após as denúncias, passou a viver com medo, principalmente em função das ameaças de morte a ela e a sua família.

– Vocês (os integrantes da CPI) não se frustram se não conseguirem provar várias coisas, pois é óbvio que nesse esquema de corrupção eles contam com profissionais, estrategistas que pensam em tudo que deve ser feito, e que tem sido feito há anos, para não serem pegos – assegurou Nicéa à CPI do Banestado.

Para Antero, importância do depoimento é evidente

O presidente da CPI do Banestado, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ressaltou a importância do depoimento de Nicéa Camargo, em especial a denúncia de que Sheila Abade atuaria como doleira, uma vez que a acusada não foi ouvida pelo Ministério Público, apesar das denúncias feitas contra ela por Nicéa.

Antero também destacou o fato de Nicéa, ex-esposa do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, ter se prontificado a ir com integrantes da CPI até o banco na Suíça, onde mantém uma conta corrente, e de ter se disposto a abrir seu sigilo telefônico.

O relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, deputado José Mentor (PT-SP), assegurou que, apesar de Nicéa Camargo ter basicamente apenas confirmado denúncias antigas, trouxe para o âmbito de investigações da CPI o nome de mais um banco, Banco Cidade.

Durante a audiência pública, em resposta ao deputado Doutor Hélio (PDT-SP), Nicéa confirmou o envolvimento de vereadores paulistas na rede de corrupção que teria existido durante a gestão de Celso Pitta à frente da Prefeitura de São Paulo, especialmente do vereador Flávio Maluf, filho de Paulo Maluf.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) assinalou que, apesar de as denúncias de Nicéa não estarem diretamente relacionadas com o objetivo da investigação da CPI, apontam coincidências entre problemas simultâneos ocorridos em vários estados, especialmente nas denúncias relativas a precatórios.

“Parece-me haver uma rede de grandes negociatas envolvendo superfaturamento de serviços públicos, obras e fornecedores”, observou Ideli. Sobre questionamentos do deputado Eduardo Valverde (PT-RO), Nicéa Camargo reafirmou ter recebido ameaças de morte.

CPI vai pedir explicações de procurador

A CPI Mista do Banestado, que apura a evasão de divisas do Brasil, por meio das chamadas contas CC-5, vai encaminhar interpeleção ao procurador da República Luiz Francisco de Souza, para que este esclareça entrevista – concedida ao portal *Consultor Jurídico* – em que teria criticado o andamento dos trabalhos da comissão. A sugestão foi encaminhada pelo presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e acatada ontem pelo colegiado.

A reclamação sobre a entrevista foi feita pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que considerou desrespeitosas as avaliações negativas feitas por Luiz Francisco, especialmente aquelas em que o procurador aponta morosidade nas investigações e alega que a CPI não estaria intimidando os principais suspeitos no esquema de evasões de recursos. Segundo Heráclito, o procurador teria afirmado, na entrevista, que entregou uma lista com 400 nomes de políticos envolvidos com evasão de divisas, que não estavam sen-



CRÍTICAS Heráclito considerou desrespeitosas declarações de procurador sobre a CPI

do investigados pela CPI.

O relator da comissão, deputado José Mentor (PT-SP), que também teria sido criticado por Luiz Francisco, apoiou o questionamento e disse que não é a primeira vez que o procurador faz insinuações dessa natureza e ao mesmo veículo de comunicação.

– Toda a competência do procurador em buscar a verdade não pode lhe dar o direito de lançar dúvidas sobre o trabalho feito pela CPI – disse Mentor.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Heráclito Fortes defenderam a convocação, enquanto a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e o deputado Eduardo Valverde (PT-RO) discordaram da interpeleção.



ATRASO Lúcia Vânia diz que promessas do governo foram feitas há sete meses

Lúcia Vânia cobra fim da violência sexual

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) cobrou em Plenário, ontem, ações rápidas e efetivas do governo federal para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. A senadora apontou para um caso recente, ocorrido no Distrito Federal, de estupro e assassinato de uma menina de sete anos.

– Esse caso de violência sexual dentro de casa não pode ser apenas mais um a se somar às estatísticas e às inúmeras reportagens publicadas. Deve, sim, servir de sinal de alerta e detonador de ações urgentes para deter a escalada de violência contra nossas crianças – disse.

Lúcia Vânia mencionou reunião ministerial em fevereiro, em que seis ministros e três secretários de Estado anunciaram a implementação de programas integrados com o objetivo de erradicar em dois anos a violência e a exploração sexual contra menores no Brasil.

A senadora cobrou pressão na concretização dos programas e disse que, sete meses depois, apenas duas das inúmeras medidas prometidas pelo governo estariam sendo implementadas: a distribuição de 3 mil exemplares de um guia sobre o assunto para professores e uma campanha da Petrobras para incentivar motoristas de caminhão a denunciar abusos contra crianças.

Em apartes, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cumprimentou a senadora por seu discurso. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), pediu a continuidade de programas de governo e Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que o governo Lula deve unificar os programas da área social, implementando cadastro único.

Aprovado voto de pesar pela morte de embaixador

O Plenário do Senado Federal aprovou ontem requerimento de voto de profundo pesar pela morte do embaixador brasileiro na Tunísia, Rui Antonio Neves Pinheiro de Vasconcelos. O embaixador, que já havia sido designado para chefiar a embaixada na Holanda, teve um infarto fulminante.



Ney Suassuna

O autor do requerimento, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), agradeceu a homenagem do governo tunisiano, que pagou o traslado do corpo até o Brasil. O parlamentar lamentou que o Ministério das Relações Exteriores não tenha feito o traslado

por falta de recursos.

Paulo Octávio destaca memorial de Jataí para JK

Paulo Octávio (PFL-DF) agradeceu ontem a homenagem feita pela cidade de Jataí (GO) ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. O senador informou que na última sexta-feira, acompanhado pelos senadores Valmir Amaral (PMDB-DF), Eurípedes Camargo (PT-DF) e Maguito Vilela (PMDB-GO), esteve na cidade goiana para a inauguração do memorial em homenagem ao ex-presidente.

Paulo Octávio lembrou ter sido em Jataí, há 48 anos, que Juscelino incluiu em suas metas de governo a interiorização da capital. No primeiro discurso de campanha, foi perguntado ao presidente se iria repatriar a Constituição e transferir a capital para o interior.



Paulo Octávio

ACM presta homenagem a Dona Canô, que faz 96 anos

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) homenageou ontem Dona Canô, mãe de Caetano Velloso, Maria Bethânia e outros cinco filhos, pelo transcurso de seu 96º aniversário. Segundo o senador, Dona Canô é um exemplo de senhora lúcida e realizadora que até hoje trabalha pelas camadas mais carentes da população.



Antonio Carlos

— A Bahia está em festa. Os sinos da cidade de Santo Amaro da Purificação repicarão em homenagem a esse exemplo de figura feminina — afirmou Antonio Carlos.

O parlamentar pelo estado da Bahia apresentou requerimento verbal para que o Senado envie congratulações à aniversariante e à sua família.

Tuma pede voto de aplauso a alunos e direção do Senai

Por requerimento de Romeu Tuma (PFL-SP), o Senado enviará votos de aplauso à direção do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e aos alunos que estiveram em Saint Gallen, na Suíça, para participar da olimpíada mundial do ensino profissionalizante, entre os dias 19 a 22 de junho deste ano.

Conforme o senador, o Brasil teve desempenho superior a muitas equipes de países desenvolvidos como França, Inglaterra, Holanda, Finlândia e outros.

Os alunos Wertzon da Silva Rezende e Osmar Frizon Júnior receberam medalhas de ouro; Eduardo José de Alcântara e Lucas Daniel Castoldi foram agraciados com medalhas de bronze.



Romeu Tuma

Ano da Amazônia pode ser celebrado em 2005

■ Comissão de Educação aprova projeto de Simon que busca avivar sentimento de que Amazônia é nossa

O ano de 2005 será instituído como o Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Educação (CE), ao aprovar, em caráter terminativo, projeto nesse sentido do senador Pedro Simon (PMDB-RS). O projeto, que recebeu do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), parecer favorável, com emendas, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação da matéria em Plenário.

Simon observou que a aprovação do projeto busca avivar na população brasileira o sentimento de que a Amazônia pertence ao Brasil e a países fronteiriços como Peru, Venezuela e Colômbia, e que jamais deve ser internacionalizada, movimento que, conforme observou, “já está em marcha”.

— Temos que defender uma Amazônia com o status de patrimônio brasileiro, embora re-



PATRIMÔNIO Proposta de Simon (à esquerda, ao lado de Osmar Dias e Hélio Costa) chama atenção para necessidade de defender a região

presente uma riqueza em biodiversidade, cujos benefícios possam ser usufruídos por toda a Humanidade.

Pedro Simon defendeu uma ampla programação, incluindo a realização de palestras, seminários e emissão de selo comemorativo, destinada a preservar a região e incutir na sociedade a necessidade de luta em favor da Amazônia.

O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), afirmou que a melhor maneira de proteger a Amazônia é regular o acesso aos recursos genéticos, com objetivo de combater a pirataria internacional, nos mesmos moldes do projeto apresentado pela senadora licenciada Marina Silva, atual minis-

tra do Meio Ambiente, já aprovado pelo Senado e que se encontra em análise na Câmara.

Radiodifusão

A Comissão de Educação também aprovou 56 projetos de decreto legislativo aprovando atos de outorga ou renovação de concessões e permissões para a exploração de serviços de radiodifusão e autorizando o funcionamento de rádios comunitárias no país.

Foram autorizadas a operar 16 rádios comunitárias, 17 FM e quatro OM. O colegiado, presidido por Osmar Dias (PDT-PR), renovou cinco concessões de rádios em FM e 12 emissoras que operam em ondas médias, além de outorgar a concessão de dois canais de TV.

Paim recebe dossiê sobre questão racial

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem o dossiê “Assimetrias Raciais no Brasil: Alerta para a Elaboração de Políticas Públicas”, elaborado pela Rede Feminista de Saúde, movimento de mulheres que reúne hoje 113 entidades brasileiras. O documento traça o retrato da situação dos afro-descendentes utilizando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e das Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios (PNADs) da década de 90 e do ano de 2001.

Os dados do dossiê revelam que, em 2001, os afro-descendentes representavam 69,3% dos 10% mais pobres. No mesmo ano, o rendimento das famílias brancas era em média 2,3 vezes superior ao das famílias negras. Segundo a pesquisadora responsável pelo documento, Wania Sant'Anna, os



DESIGUALDADE Representantes da Rede Feminista de Saúde entregam a Paim documento sobre situação dos afro-descendentes

números contidos no relatório devem municiar ativistas antirracistas para atuar na exigência, no monitoramento e no controle das políticas de promoção da igualdade social.

Paim disse que a dimensão racial da pobreza constitui o maior desafio para a implementação de políticas públicas. Ele ressaltou a importância do dossiê como instrumento que

contribuirá para a discussão na Casa de um estatuto de igualdade racial e social. Paim mencionou ainda as iniciativas das cidades gaúchas de Porto Alegre e Canoas, que adotam sistema de cotas no serviço público municipal, para favorecer afro-descendentes.

— São iniciativas como essas que permitirão a superação do grave quadro de desigualdades.

Sarney recebe sugestão para reforma tributária

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Federação do Estado de São Paulo, Abram Szajman, para quem a reforma tributária em exame na Câmara dos Deputados não será capaz de melhorar o sistema fiscal.



DEMANDA Sarney conversa com o presidente da Federação do Comércio de SP

— É uma reforma que não vem para melhorar. Com certeza, ela virá para piorar mais a vida do contribuinte brasileiro — disse Szajman ao sair da audiência.

Entre o projeto em exame na Câmara e o sistema tributário vigente, Szajman disse que é melhor o país ficar com o mo-

delo atual que, a seu ver, não implica aumento da carga tributária. Para ele, a proposta que está na Câmara apresenta a possibilidade de aumento de tributos. Ele pediu que o Senado estude alternativas ao texto e disse que Sarney mostrou-se sensível a suas ponderações.

Demostenes: proposta impede desenvolvimento

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) conclamou os senadores a rejeitarem o projeto de reforma tributária em exame na Câmara dos Deputados porque, a seu ver, ela inviabilizará os estados mais pobres que estão se desenvolvendo com a atual política de isenções fiscais. Segundo ele, somente em Goiás, 369 projetos empresariais em andamento não se concretizam sem incentivos fiscais.

Caso a reforma tributária seja aprovada como está, disse o se-



ALERTA País perde com fim de incentivos fiscais, diz Demostenes

nador, Goiás voltará à condição de exportador de produtos primários, "o que é grave, por ser justamente a verticalização da produção que gera mais emprego e renda".

— O governo Lula, no afã de impor um remendo arrecadador ao país, fez com que as reformas perdessem o rumo — afirmou.

Em aparte, César Borges (PFL-BA) lembrou que estados menos desenvolvidos conseguiram atrair indústrias devido à política de incentivos fiscais.

Raupp quer contratação de deficientes físicos

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) anunciou ontem em Plenário a intenção de apresentar proposta para alterar dispositivos do Decreto nº 2.271/1997, que regula a contratação de serviços pela administração federal, para permitir a admissão de portadores de deficiência física em qualquer função pública. A iniciativa foi motivada pelo empenho do ministro da



RODOVIA Raupp também defendeu melhorias na BR-364

Cultura, Gilberto Gil, em regularizar a situação de 70 deficientes que prestam serviços à pasta desde 2000.

No mesmo discurso, Raupp voltou a pedir providências ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) para recuperação da BR-364. Segundo informou, há oito meses ele vem alertando para a situação precária da rodovia.

Recondução de conselheiro do Cade é aprovada na CAE

Roberto Augusto Pfeiffer poderá exercer mandato de dois anos. A matéria terá votação secreta em Plenário

Com 20 votos favoráveis e três contrários, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) favorável à recondução de Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer ao cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para um mandato de dois anos. A matéria segue para votação secreta em Plenário.

De acordo com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), Pfeiffer, que está no cargo



EXPERIÊNCIA Mercadante elogia o conselheiro que ocupa função no Cade desde 2001

desde 2001, foi o conselheiro que apresentou o maior número de pareceres no ano passado. Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a capacitação de Pfeiffer para exercer a função e

elogiou seu relatório de atividades, apresentado à CAE.

A comissão aprovou ainda relatório de Flávio Arns (PT-PR) que toma conhecimento da operação de troca de títulos da dívida pública, no valor de US\$ 539,2 milhões, empreendida pelo Banco Central (BC) com o objetivo de melhorar o perfil da dívida pública, com redução de custo e elevação de liquidez.

Requerimento de Tasso Jereissati (PSDB-CE) para a realização de audiência pública com o diretor do Banco Mundial no Brasil, Vinod Thomas, e a diretora da carteira de projetos da instituição, Mary Sheehan, também foi acolhido pela CAE. O presidente do colegiado, Ramez Tebet (PMDB-MS), anunciou que irá escolher a melhor data para a reunião.

Comissão de Infra-Estrutura acolhe indicação de Carlos Cotta para o DNIT

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a indicação de Carlos Alberto Cotta para exercer o cargo de diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirma em seu relatório que Carlos Cotta, de acordo com currículo apresentado, está credenciado para o exercício das atividades inerentes ao cargo para o qual foi escolhido pelo presidente Lula.

Cotta nasceu em Minas Gerais, em 1932, e graduou-se pela Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro. De acordo com o senador, ele ocu-



CRENCIAMENTO Senadores da CI aprovam relatório que destaca cargos exercidos pelo indicado no governo de Minas Gerais

pou os mais altos cargos da estrutura do governo de Minas, tendo sido titular da Secretaria de Governo e Coordenação Política na gestão de Tancredo Neves (1983 e 1984), permanecendo no cargo até 1986, na ad-

ministração de Hélio Garcia.

Tourinho informou ainda que Cotta foi deputado estadual entre 1967 e 1971 e deputado federal de 1971 a 1991, perfazendo 20 anos de mandato no Congresso.

Plenário pode definir Ano da Mulher

Um acordo de líderes partidários adiou a pauta de ontem da ordem do dia. O objetivo foi, segundo as lideranças partidárias, permitir que os senadores pudessem participar da discussão, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003, que trata da reforma da Previdência. A CCJ está realizando audiência pública com a presença de sindicalistas e do ministro Ricardo Berzoini, da Previdência. Assim, ficou para hoje a votação

do projeto de lei da Câmara (PLC nº 43/2003) que estabelece 2004 como o Ano da Mulher. O Plenário realiza também a terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 55/1999, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que inclui a razoabilidade entre os princípios que regem a administração pública.

Os senadores realizarão ainda a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 13/2003, que trata da organização dos municípios, e a segunda sessão de discussão,

em primeiro turno, da PEC nº 72/1999, que define o sistema de votação dos vetos presidenciais no Congresso. Outra proposta (PEC nº 39/2003) terá sua primeira sessão de discussão, em primeiro turno: é a que estabelece a criação da Procuradoria do Tribunal de Contas da União (TCU).

Entre as matérias em pauta encontra-se substitutivo do Senado a projeto que proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na lista única do Sistema Nacional de Transplantes (PLC nº 34/2002).

Capiberibe aplaude posição do país na OMC

O senador João Capiberibe (PSB-AP) aplaudiu, em discurso no Plenário, a firmeza da posição brasileira durante a 5ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada na semana passada, na cidade mexicana de Cancún. Ele afirmou que a unidade sólida

dos países em desenvolvimento, liderados pelo Brasil, conseguiu inverter a agenda da reunião ao apresentar uma proposta concreta, em vez de esperar pela iniciativa dos países ricos.

– É claro que eles não quiseram negociar, mas também não discutimos os temas que interessam aos Estados Unidos e à União Européia: in-

vestimentos, serviços e compras governamentais. Foi um marco histórico nas relações Norte-Sul. Capiberibe observou que, desde os anos 50, quando o Brasil começou o processo de substituição de importações, com a troca de café por bens de capital, o país precisava entregar cada vez mais café pelo mesmo trator ou máquina.

Oiapoque

O senador pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que socorra o município do Oiapoque, no extremo norte do Amapá, cuja economia está sendo prejudicada pelo bloqueio intermitente da BR-156.

– Um botijão de gás pode chegar a custar R\$ 80 e a população ainda sofre com falta de água e energia.



REAÇÃO Segundo Capiberibe, grupo liderado pelo Brasil inverteu agenda da reunião



CONCORRÊNCIA Ideli: bancos estatais estão disputando mercado com bancos privados

Ideli destaca atuação do BB e da Caixa

As ações que o governo vem adotando por meio do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Receita Federal foram destacadas pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), ao comentar o apelo do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para que os bancos privados reduzam os juros na mesma proporção que o Comitê de Política Monetária (Copom) vem cortando a taxa básica.

Citando entrevista do presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, ao jornal *O Globo*, Ideli informou que a instituição pretende ampliar a concorrência com os bancos privados, com mais empréstimos para capital de giro de pequenas empresas e o incremento de crédito pré-aprovado.

– O Banco do Brasil e a Caixa passarão a disputar clientes com os bancos privados para que, por meio da disputa de mercado, haja maior concorrência e a conseqüente diminuição nas taxas.

Ideli disse que a Receita aumentou o cerco às instituições financeiras. Ela informou que as autuações efetuadas pelo órgão entre janeiro a julho deste ano, por evasão fiscal, chegaram a R\$ 3,645 bilhões.

Tebet quer juros menores em empréstimo bancário

■ Governo precisa fixar regras para evitar que o povo seja asfixiado pelas altas taxas, alerta senador

Em nome da liderança do PMDB, o senador Ramez Tebet (MS) apelou ao governo federal no sentido de que a política de redução progressiva da taxa básica de juros (Selic) possa beneficiar cidadãos e empresas que recorrem aos bancos em busca de crédito. O pleito coincide com a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que poderá decidir pelo corte de mais dois pontos percentuais na taxa Selic, fixada atualmente em 22% ao ano.

Tebet admitiu que as últimas reuniões do Copom têm sido alentadoras no tocante à redução dos juros. No entanto,



Fotos: Roosevelt Filho

INÓCUO Ramez Tebet: decisões do Copom não vêm favorecendo cidadãos nem setor produtivo

questionou o fato de as decisões desse organismo da área econômica não virem favorecendo os cidadãos e o setor produtivo do país.

– Os juros caem, mas o cheque especial está em 172% ao ano – comentou.

Virgílio defende taxa básica de 19%

Ao destacar que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve anunciar hoje a nova taxa básica de juros, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu uma redução de no mínimo três pontos percentuais no índice atual, que é de 22% ao ano. Ele comentou que uma taxa de 19% ainda será alta, mas permitirá que 2004 seja menos ruim para a economia brasileira.

– Minha fala não é de um líder de um partido de oposição ao governo, mas de um brasileiro querendo o melhor para o seu país. O governo, que tem feito bom trabalho na área macroeconômica, encontra-se claudicante na administração.



REALIDADE Para Virgílio, é hora de o governo perceber que economia do país está parada

Esta é a hora da reação, de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pisar mais no terreno duro e desconfortável da realidade e perceber que a economia do

país está parada – afirmou.

Na avaliação do Virgílio, se não houver nenhuma atribulação no cenário internacional, o Brasil poderá chegar a dezembro com uma taxa básica de juros de 14%. Mesmo que isso venha a acontecer, o Brasil ainda continuará pagando mais juros do que outros países em desenvolvimento, disse.

Virgílio lembrou que as decisões a serem tomadas agora pelo Copom, como a possível redução de três pontos percentuais na taxa básica de juros, não repercutirão imediatamente na economia. Por isso, advertiu, o governo não pode esperar que a economia cresça automaticamente.

Alvaro: reforma vai aumentar carga tributária

A conseqüência de um governo que não avança é a queda na produção e no consumo, afirmou ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ao divulgar dados da Associação Brasileira de Supermercados (Abas). Segundo o documento, a atividade industrial caiu em oito das 12 áreas pesquisadas, na mês de julho, e o consumo da cesta básica sofreu redução de 7,9%.

Para o senador, que se disse desencantado com o governo Luiz Inácio Lula da Silva, a esperança de solução desses problemas seria a reforma tributária, que a seu ver está se transformando num pesadelo.

Segundo Alvaro, apesar de o governo declarar o contrário, não há como contestar conclusões de especialistas de que a reforma proposta vai aumentar a carga de tributos, que pode saltar de 36% para 40% do Produto Interno Bruto (PIB).

Ao reafirmar que a proposta de iniciativa do governo não vai ajudar a economia, não pratica a justiça fiscal e não desonera a produção, Alvaro Dias também lamentou que a reforma tributária esteja frustrando a todos, já que “não atende nem ao trabalhador nem ao setor produtivo”.



CONSTATAÇÃO Alvaro Dias afirma que mudança proposta não vai trazer justiça social

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Heráclito Fortes, Papaléo Paes e pela senadora Serys Slhessarenko